

*Deficits JUVENIS* OU *Deficit* DE LUGARES?  
O DESEMPREGO E A OCUPAÇÃO DOS JOVENS NOS  
MERCADOS DE TRABALHO DAS METRÓPOLES DO  
NORDESTE E DO SUDESTE

DEFICIT OF THE YOUTHS OR DEFICIT OF JOBS? UNEMPLOYMENT AND  
EMPLOYMENT OPPORTUNITIES FOR YOUTHS IN THE LABOUR MARKET OF THE  
NORTHEASTERN AND SOUTHEASTERN METROPOLISES

Ângela Maria Carvalho Borges<sup>(\*)</sup>

**RESUMO**

O estudo analisa os padrões de incorporação dos jovens entre 18 e 29 anos nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste e do Sudeste, com ênfase no grau de exposição destes trabalhadores ao desemprego e ao trabalho precário e levando em conta as dimensões de idade, gênero e escolaridade e renda domiciliar. Baseada em dados da PNAD, a análise problematiza algumas abordagens amplamente disseminadas sobre a relação juventude e trabalho no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** jovens, desemprego, mercado de trabalho, formas de inserção.

**ABSTRACT**

This paper analysis the insertion patterns of youths aged 18 to 29 years into the labor markets of the Northeastern and Southeastern metropolises, with emphasis on the degree of unemployment and precarious labor typical of this workforce. The investigation, based on PNAD (National House Survey) 1995 and 2005, takes into consideration issues of age, gender, schooling and family income. The results are discussed critically related with approaches that are broadly disseminated in specialized literature on youth and labor relationship in contemporary Brazil

**Key words:** youths, unemployment, labor market, forms of insertion.

---

(\*) Doutora em Ciências Sociais, Professora e Coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, Bahia, e-mail: angelborges@uol.com.br.

## INTRODUÇÃO

Com uma taxa de desemprego quase três vezes maior do que a taxa da população adulta e representando 51% dos desempregados brasileiros, em 2005, os jovens constituem o segmento mais afetado pela reestruturação produtiva do final do século passado.

Este não é um fenômeno brasileiro, porquanto a incorporação das novas gerações que chegam ao mercado de trabalho e, particularmente, o acesso desses jovens a postos de trabalho socialmente protegidos e que oferecem oportunidade de crescimento profissional é um desafio hoje presente em todo o mundo.

Neste artigo são analisados os padrões de incorporação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) e do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), com ênfase no grau de exposição destes trabalhadores ao desemprego. Levando em conta as dimensões de idade, gênero e escolaridade e renda domiciliar *per capita*, a análise considera ainda a influência das especificidades regionais na determinação das dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho. A base de dados utilizada é a PNAD/IBGE, para os anos de 1995 e 2005 e os dados das regiões metropolitanas selecionadas foram agregados por grande região.

São consideradas jovens as pessoas que têm entre 18 e 29 anos de idade. Trata-se, é verdade, de uma definição limitada que, intencionalmente, deixa de lado todo o debate teórico em torno do conceito de juventude, sua historicidade e o seu caráter multidimensional, incapaz de ser apreendido pelo simples enunciado de limites etários. A opção do recorte etário de 18 a 29 anos tem dois motivos. A exclusão dos adolescentes de 15 a 17 anos deveu-se às particularidades deste grupo que, com ampliação da escolaridade e com as restrições legais ao trabalho dos menores de 16 anos distancia-se dos grupos seguintes, apresentando níveis muito diferenciados de frequência à escola, atividade, desemprego e de inatividade. Já a inclusão dos jovens adultos entre 25 e 29 anos de idade busca apreender melhor as mudanças nos padrões de inserção no mercado de trabalho, uma dimensão central na transição para a idade adulta e que parece estar contribuindo para o prolongamento desta transição ou para a re-configuração dos próprios *status* sociais de jovem e de adulto (CAMARANO, 2006).

O artigo contém esta introdução e quatro outras partes além das conclusões. Na primeira parte, são tecidas rápidas considerações sobre algumas questões subjacentes à discussão sobre os jovens e o trabalho nos dias atuais, como a transição demográfica, as transformações na família e as características da reestruturação produtiva. Na segunda, é traçado um breve perfil dos mercados de trabalho e da população jovem das metrópoles estudadas; na terceira parte são analisados indicadores da pressão juvenil sobre os mercados de trabalho metropolitanos e a capacidade de absorção destes mercados, observando as desigualdades relacionadas com idade, sexo e escolaridade dos jovens e com a renda domiciliar *per capita*. Na quarta parte são observados os padrões de incorporação da força de trabalho juvenil ao rol dos ocupados e ressaltadas as principais mudanças ocorridas no período analisado. Finalmente, nas conclusões, as evidências apresentadas são recuperadas para uma rápida discussão a respeito do debate sobre o desemprego juvenil.

## ELEMENTOS PARA DISCUTIR A RELAÇÃO JOVEM X MERCADO DE TRABALHO

Na discussão acerca da integração dos jovens ao mundo do trabalho é fundamental a consideração prévia dos fatores determinantes na configuração deste processo nos dias atuais. Destacam-se, primeiramente, as condições de funcionamento da economia no período analisado. Como sabido, entre 1995-2005 a economia brasileira viveu sob o signo de uma rápida e profunda reestruturação produtiva iniciada nos primeiros anos da década de 90 e que visou, sob a égide do projeto neoliberal, a integrar o Brasil ao capitalismo mundializado, numa posição subordinada e sem projeto soberano de País.

Para fins da análise aqui desenvolvida, importa ressaltar que essa reestruturação mudou o perfil da mão-de-obra demandada, destruiu ocupações, trouxe novas exigências de qualificação, tornou obsoletos modelos de trajetórias profissionais e mapas cognitivos e provocou o deslocamento das linhas de segmentação do mercado de trabalho, colocando desafios a todos os trabalhadores, mas particularmente, àqueles que estão ingressando, pela primeira vez, no mercado de trabalho. Dado o seu caráter subordinado e não planejado e o baixo crescimento da economia que engendrou, o impacto da reestruturação sobre o mercado de trabalho foi devastador: desemprego elevadíssimo, de longa duração e estruturado, intenso processo de precarização dos postos de trabalho e dos vínculos empregatícios e perdas salariais acentuadas e (quase) generalizadas.

Para os jovens, além do obstáculo colocado pelo baixo crescimento da economia, que freia a abertura de novos postos de trabalho, a reestruturação produtiva implicou na destruição de portas de entrada no mercado de trabalho tradicionais, em decorrência de mudanças tecnológicas, como no caso dos bancos para os mais escolarizados e da construção civil, para os menos qualificados, embora tenha propiciado também o surgimento de novos espaços para a incorporação da força de trabalho juvenil, como é o caso dos *call centers* e do serviço de *motoboy*s.

Um outro elemento a considerar remete à relação idades/mercado de trabalho. A variável idade é um dos atributos relevantes na determinação das chances e da forma de acesso a um emprego ou ocupação, em decorrência da relação particular que os indivíduos mantêm com a atividade produtiva em cada fase da vida. Essa relação é informada pelos valores e normas que, numa dada sociedade e num determinado tempo histórico estabelecem, de forma mais ou menos rígida, os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres em cada um dos ciclos da vida, os limites destes ciclos e os padrões de transição entre eles (CAMARANO, 2006).

Além disso, nas sociedades centradas na compra e venda de força de trabalho, a idade é importante na configuração das preferências dos empregadores, fundamentais para a segmentação dos trabalhadores entre a força de trabalho primária e a força de trabalho secundária, menos valorizada, mais facilmente exposta ao risco do desemprego e mais comumente integrada pelos jovens.

As variáveis demográficas são outro elemento que pesa na determinação de mudanças nas condições de acesso dos jovens a um posto de trabalho. Em estado já avançado da sua transição demográfica o Brasil vivenciou, no período analisado, a desaceleração do

crescimento dos grupos etários entre 18 e 29 anos, porém o número de jovens ainda cresce em termos absolutos e vem se traduzindo em pressão sobre o mercado de trabalho. Simultaneamente, a elevação da esperança de vida e o aumento da população em idade de trabalhar tendem a acentuar o conflito entre gerações no mercado de trabalho, colocando dificuldades à incorporação das mais novas.

Cabe ainda lembrar as mudanças na família e nas relações intra-familiares, processos complexos e ainda em curso, tais como a redução do tamanho das famílias, a perda de poder do chefe provedor do sexo masculino, o enfraquecimento das relações hierárquicas referidas ao patriarcalismo e o aumento do percentual de famílias chefiadas por mulheres. Neste contexto, também ocorreram mudanças na relação do jovem com a família, destacando-se uma maior autonomia em vários aspectos da sua vida, em especial a sexualidade, a escolha da profissão e a definição dos estilos de vida, simultaneamente ao adiamento da independência financeira, levando tanto ao retardamento da saída da casa dos pais como ao retorno a ela, como estratégia de enfrentamento das adversidades do mercado de trabalho (CASTRO *et al.*, 2007; BORGES; CASTRO, 2007)

Esse conjunto de mudanças afeta a relação dos jovens com o trabalho, mas com marcadas diferenças em função da classe/renda da família, variável responsável pelas principais desigualdades entre os jovens as quais, associadas às diferenças e desigualdades de idade, de gênero, de escolaridade e de posição na família, de cor, dentre outros atributos, se traduzem em desigualdades na relação com o mercado de trabalho: maior ou menor pressão para entrada e permanência neste mercado, para completar/antecipar o trânsito escola-trabalho ou combiná-los e chances desiguais de acesso a uma vaga no mercado de trabalho — emprego ou ocupação — e aos postos de trabalho mais valorizados (CASTRO, 2002).

Finalmente, para todos os segmentos de jovens independente, inclusive, da classe social, mudanças culturais que levam à valorização/imposição de um padrão de consumo associado à identidade juvenil repercutem sobre a relação dos jovens com o trabalho, particularmente no caso daqueles cujas famílias não dispõem de recursos para atender às novas demandas, reforçando a dimensão instrumental desta relação embora, como mostra *Guimarães*, o trabalho siga sendo relevante para os jovens também enquanto valor, como referência para construção da identidade e como direito (GUIMARÃES, 2005).

## **OS JOVENS E OS MERCADOS DE TRABALHO SELECIONADOS: UM BREVE PERFIL**

Nas seis regiões metropolitanas selecionadas residiam, em 2005, cerca de 10,1 milhões de jovens entre 18 e 29 anos, 7,6 milhões dos quais nas três metrópoles do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) e o restante nas metrópoles nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador).

Os mercados de trabalho dessas duas regiões apresentam diferenças significativas em termos de tamanho, estrutura setorial, perfil ocupacional e níveis médios de desemprego. No Sudeste estão os dois maiores mercados de trabalho metropolitanos do país (São

Paulo, com 10,5 milhões de pessoas economicamente ativas e Rio de Janeiro, com 5,7 milhões, em 2005) enquanto no Nordeste os mercados de trabalho metropolitanos têm dimensão bem menor (entre 1,6 e 1,8 milhões de trabalhadores na PEA).

Essas são características mais visíveis nas economias das regiões metropolitanas do Sudeste, as quais, embora diferentes entre si, concentram as atividades mais dinâmicas da economia brasileira e, principalmente a região metropolitana de São Paulo, a parte mais expressiva das estruturas de comando dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Concentram, conseqüentemente, a parcela mais significativa dos postos de trabalho protegidos e de melhor qualidade existentes no país, o que repercute nas estruturas sócio-ocupacionais dessas metrópoles, onde são proporcionalmente mais significativos os contingentes de famílias nas faixas intermediárias e alta de renda. Estes mercados de trabalho — em especial o de São Paulo — foram fortemente atingidos pela reestruturação produtiva dos anos 90, a qual eliminou milhões de empregos formais entre 1990 e 1999, particularmente na indústria de transformação, provocando a elevação das taxas de desemprego aberto e a expansão da ocupação precária.

Já metrópoles nordestinas, onde esses dois últimos fenômenos são estruturalmente marcantes, registraram, nos anos 90, a acentuação das suas características mais negativas: desemprego elevado e elevadíssimos índices de informalidade e precariedade dos postos de trabalho, embora existam diferenças importantes entre os três mercados de trabalho selecionados, decorrentes de diferenças no perfil das suas economias.

Representando cerca de 30% dos jovens brasileiros residentes nas áreas urbanas, os jovens dessas seis regiões metropolitanas registram taxas médias de desemprego superiores à média urbana (16,4%, em 2005) sendo esta diferença muito mais acentuada no caso das metrópoles nordestinas (24%) do que nas do Sudeste (18,8%). Em consequência, a participação dessas metrópoles no estoque de jovens urbanos desempregados é de 38,2%, superior, portanto, ao seu peso na população urbana jovem.

Os jovens residentes nas metrópoles não formam um conjunto homogêneo, constituindo um segmento da população marcado por múltiplas desigualdades e diferenças que remetem à classe social, ao nível de renda das famílias, à escolaridade, à idade, ao sexo e à cor, dentre outras características.

Esta heterogeneidade do grupo etário entre 18 e 29 anos, de resto presente no conjunto da população, será destacada a seguir na análise dos indicadores do mercado de trabalho mas, antes disso, cabe traçar rápido perfil da população juvenil residente nas regiões metropolitanas selecionadas para este estudo. Ela soma, como visto, um total de 10 milhões de indivíduos e apresenta ligeira sobre-representação feminina (em 2005, as mulheres eram 51,7% dos jovens nas R.Ms do Nordeste e 50,8% no Sudeste). Esta predominância feminina é inferior à encontrada no conjunto da população das regiões selecionadas (cerca de 53%) e crescente com a idade.

No Nordeste, os jovens de 18 a 29 anos representavam cerca de 30% do total da população metropolitana e, no Sudeste, não ultrapassavam os 25%, o que é coerente com o estágio mais avançado da transição demográfica nesta última região e com o arrefecimen-

to dos fluxos migratórios para a metrópole paulista. Quanto à distribuição dos jovens por faixa etária, as duas regiões apresentavam, em 2005, uma estrutura semelhante: a maior parcela dos jovens encontrava-se na faixa etária de 20 a 24 anos (cerca de 43%), seguidos daqueles em idades entre 25 a 29 anos (cerca de 39%) e dos que tinham 18 e 19 anos (17%). Ou seja, cerca de 40% da juventude analisada neste estudo é composta por jovens adultos em idades que, nas gerações passadas, com importantes diferenças de gênero, majoritariamente já tinham cumprido as transições mais relevantes para o ingresso na idade adulta: conclusão dos estudos, conquista da autonomia financeira por meio do trabalho remunerado, saída do domicílio de origem, casamento e constituição de nova família.

Outro aspecto a ser considerado na caracterização da população juvenil estudada é a escolaridade. Medida em anos de estudo, ela é um dos atributos determinantes das chances de acesso a um emprego e do perfil deste emprego e, também, um dos elementos que mais diferenciam a atual geração de jovens das gerações passadas, uma vez que ela é a mais escolarizada que o Brasil já teve. Observa-se, no entanto, que embora beneficiada pela expansão significativa dos sistemas público e privado de ensino a atual geração de jovens ainda apresenta elevados déficits de escolarização e, conseqüentemente, profundas desigualdades em termos de escolaridade.

Os jovens do Sudeste apresentam níveis médios de escolaridade muito superiores àqueles dos jovens residentes nas metrópoles do Nordeste: em 2005, tinham completado o ensino médio ou estavam cursando o Ensino Superior 51,8% dos jovens das metrópoles do Sudeste e 7,4% já tinham diploma de nível Superior, enquanto nas regiões metropolitanas no Nordeste esses percentuais eram de apenas 42% e 4,4%, respectivamente,

As desigualdades de escolaridade se reproduzem no interior de cada região. Nas áreas metropolitanas do Nordeste nada menos do que 30% dos jovens sequer tinha concluído os primeiros oito anos do Ciclo Básico, encontrando-se em absoluta desvantagem na disputa por uma vaga em mercados de trabalho que, cada vez mais, valorizam as credenciais do sistema educacional, utilizando-as como critério de seleção, mesmo para os postos de trabalho mais simples. Ou seja, a expressiva vantagem da atual geração de jovens sobre as gerações anteriores, advinda do maior acesso à educação, não é uniforme pois uma parte expressiva dela carrega elevados déficits de formação, estando destinados — com poucas exceções — a ocupar as piores posições do mercado de trabalho e/ou a cumprirem trajetórias marcadas por grandes dificuldades de acesso a qualquer posto de trabalho.

Finalmente, a frequência à escola constitui outro traço a diferenciar os jovens. Em 2005, apenas 28,2% daqueles residentes nas regiões metropolitanas nordestinas e 25% dos residentes no Sudeste ainda estudavam. Esta proporção varia conforme o sexo — é levemente favorável às mulheres no Nordeste e aos homens no Sudeste — mas ela varia principalmente em função da idade. Assim, no Sudeste, em 2005, 49,2% dos jovens entre 18 e 19 anos ainda estudava (55,4% no Nordeste); no grupo de 20 a 24 anos estes percentuais caem para 27,4% no Sudeste e 29,1% no Nordeste e, finalmente, entre os que tinham entre 25 e os 29 anos ainda freqüentavam a escola apenas 15% dos jovens nordestinos e 13,2% dos residentes nas regiões metropolitanas do Sudeste.



Como é óbvio, aqueles que já deixaram o sistema educacional sem terem concluído, pelo menos, o Ensino Médio, carregarão por toda a vida esta desvantagem enfrentando, às vezes muito precocemente, os obstáculos colocados à conquista de um emprego ou ocupação<sup>(1)</sup> enquanto os que continuam estudando, ao obterem os títulos mais valorizados pelos empregadores estarão mais bem posicionados para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Considere-se, ainda, que a frequência ou não à escola se constitui num importante elemento de diferenciação dos jovens na sua relação com o trabalho. Com efeito, num contexto em que, cada vez mais, a disponibilidade e dedicação em tempo integral ao trabalho é um elemento extremamente valorizado e cobrado pelas empresas, as condições da inserção no mercado de trabalho e as chances de carreira não serão as mesmas para os jovens que já deixaram a escola e para aqueles que continuam a frequentá-la, pois a própria relação do jovem com o trabalho — sua disponibilidade e expectativas — irá variar em função do seu grau de envolvimento com a atividade de formação.

Estabelece-se, portanto, uma importante diferença entre os jovens que só trabalham e os que estudam e trabalham pois uma parte importante desses últimos<sup>(2)</sup>, tende a manter uma relação instrumental com os empregos precários que ocupam, reagindo menos à sua baixa qualidade do que os jovens trabalhadores, para os quais é elevada a possibilidade de que esses empregos venham a ser a o seu destino final.

Todas essas diferenças entre homens e mulheres, jovens e jovens adultos, os mais e os menos escolarizados e entre os que estudam e os que não estudam são relevantes na determinação das chances dos indivíduos no mercado de trabalho mas, como dito, cada um desses segmentos de trabalhadores é entrecortado por outras clivagens<sup>(3)</sup>, com destaque para as diferenças da posição na estrutura socioeconômica.

Tomando a distribuição da renda domiciliar *per capita* como indicador indireto da distribuição dos jovens nessa estrutura, tem-se que, em 2005, 25% dos jovens das metrópoles do Nordeste e 13,6% daqueles do Sudeste, residiam em domicílios extremamente pobres, cuja renda *per capita* situava-se dentro do limite de elegibilidade dos programas assistenciais de transferência de renda (1/2 salário mínimo *per capita*). Além disso, quase 30% dos jovens do Nordeste e 25% dos do Sudeste encontravam-se em domicílios com renda apenas pouco superior (de 1/2 a 1 salário mínimo) ao patamar oficial de pobreza extrema. Portanto, no total, eram pobres ou muito pobres 38,4% dos jovens das metrópoles do Sudeste e, traduzindo a persistência e reprodução das acentuadas desigualdades regionais no país, nada menos que 64,7% dos jovens nordestinos entre 18 e 29 anos.

No outro extremo da distribuição de renda, residindo em domicílios com renda *per capita* superior a três salários mínimos, encontravam-se apenas 9,2% dos jovens nordestinos e 14% dos que moravam nas R.M. do Sudeste.

---

(1) O que tem levado uma parte - minoritária - desses jovens a retornar ao sistema educacional para completar ou ampliar a sua escolaridade.

(2) Os jovens que estudam e trabalham dividem-se claramente em dois grupos: o de estudantes trabalhadores e o dos trabalhadores que estudam, com acentuadas diferenças no que se refere à importância e ao investimento no trabalho de cada um deles.

(3) Em função da classe, da cor, do estado conjugal, da posição na família, da origem, etc.

## **JOVENS E TRABALHO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS DO NORDESTE E DO SUDESTE**

A seguir, serão analisados os principais indicadores relativos à participação dos jovens de 18 a 29 anos nos mercados de trabalho metropolitanos selecionados e à capacidade destes mercados incorporarem este segmento de trabalhadores: as taxas de participação, de ocupação e de desemprego, calculadas em função da idade, do sexo, da escolaridade e do nível de renda domiciliar *per capita*, principais variáveis responsáveis pela segmentação do grupo etário em juventudes com perfis, expectativas, recursos e condições de acesso aos lugares existentes no mercado de trabalho extremamente diferenciados.

Adianta-se, porém, para o fato de que a análise que aqui se faz não pretende dar conta de toda a diversidade desse segmento da população. Para tanto, haveria que considerar outras variáveis importantes como a cor e a posição na família e, sobretudo, trabalhar com indicadores mais desagregados que permitissem visualizar a diversidade de perfis de jovens produzida pela combinação das suas características e atributos, o que não é possível com a base de dados utilizada, por limitações relacionadas com a representatividade da amostra.

### **AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO**

Entre 1995 e 2005, o incremento relativo da população de 18 a 29 anos foi ligeiramente inferior ao crescimento da população total nas regiões do Nordeste e um pouco superior no Sudeste. Nas duas regiões, o ritmo de crescimento dos grupos de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos foi bem mais acentuado do que aquele do grupo de 18 e 19 anos, refletindo a passagem da onda jovem que, segundo as projeções dos demógrafos, se extinguirá por volta de 2015. Até lá, contingentes expressivos na faixa dos 20 anos continuarão a pressionar o mercado de trabalho, juntamente com os contingentes menos numerosos de jovens que alcançarão essas idades.

Nas duas regiões, as taxas de participação dos jovens cresceram para todos os grupos de idade, registrando um aumento de cerca de seis pontos percentuais na média do grupo de 18 a 29 anos, como mostram os dados do Quadro 1. Este incremento da participação juvenil no mercado de trabalho deveu-se, quase exclusivamente, à mudança na relação das mulheres jovens com o trabalho pois, enquanto a taxa masculina registrou uma leve queda no Nordeste e um pequeno aumento no Sudeste, a taxa de participação feminina registrou um acréscimo de dez pontos percentuais nas duas regiões.



**Quadro 1**  
**Taxas de Participação Grupos de Idade e Sexo, Regiões Metropolitanas do**  
**Nordeste e do Sudeste, 1995-2005**

Região e Grupos de Idade	TAXA DE ATIVIDADE					
	1995			2005		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	56,8	67,2	46,6	61,1	66,6	55,7
20 a 24 anos	71,8	86,1	59,6	77,4	85,2	70,1
25 a 29 anos	76,1	92,9	61,6	82,8	91,8	74,8
18 a 29 anos	70,7	85,0	58,1	76,8	84,5	69,6
30 ou +	66,0	83,2	52,0	67,4	81,4	56,3
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	64,8	72,5	57,6	69,2	73,9	64,3
20 a 24 anos	77,8	90,1	65,8	82,9	90,1	75,9
25 a 29 anos	78,1	94,8	62,8	86,7	95,5	78,4
18 a 29 anos	75,6	88,9	63,2	82,1	89,4	75,0
30 ou +	73,9	90,4	59,0	65,0	79,0	53,5

FONTE: IBGE/PNAD.

A pressão juvenil sobre o mercado de trabalho aparece mais claramente no incremento da População Economicamente Ativa — PEA: entre 1995 e 2005, nas seis metrópoles selecionadas, 2,1 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho, sendo 3/4 deles no Sudeste. Ela resultou de um conjunto de fatores — já discutidos — de ordem demográfica (a onda jovem); econômica (desemprego ou queda na renda dos principais provedores do grupo doméstico, pressionando para a entrada dos filhos no mercado de trabalho); e sócio-culturais (mudanças na relação das mulheres com o trabalho na produção; aumento do percentual de mulheres jovens chefes de domicílio e a busca de autonomia financeira).

Fundamentalmente feminina, esta pressão resultou na incorporação de cerca de 1,2 milhão de mulheres jovens à População Economicamente Ativa contra apenas 931 mil homens, nas seis regiões metropolitanas estudadas, levando a uma acentuada redução das desigualdades de gênero no que se refere à participação no mercado de trabalho nas novas gerações.

Além do aumento das taxas femininas, observa-se também que na atual geração de jovens praticamente desapareceram as diferenças no padrão de atividade das mulheres e dos homens. Embora a distância entre as taxas masculinas e femininas ainda se mantenha expressiva, a curva de participação das jovens é idêntica à dos jovens, não se observando

mais o declínio da taxa no período em que a maioria das mulheres está se casando e tendo filhos. Confirma-se, portanto, também nas regiões metropolitanas estudadas, um fenômeno amplamente diagnosticado: para a atual geração de mulheres jovens o casamento, a maternidade e a criação dos filhos já não se constituem em obstáculos à sua participação no mercado de trabalho.

O aumento da oferta de força de trabalho juvenil num contexto de baixo crescimento fez com que a taxa de ocupação<sup>(4)</sup> — uma medida aproximada da capacidade de incorporação deste grupo etário nos mercados de trabalho metropolitanos estudados<sup>(5)</sup> —, registrasse um recuo de 0,5 ponto percentual na média do Sudeste e uma queda um pouco mais acentuada no Nordeste (3%).

**Quadro 2**  
**Taxas de Ocupação e Desocupação por Grupos de Idade e Sexo, Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Sudeste, 1995-2005**

Região e Grupos de Idade	TAXA DE OCUPAÇÃO			TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1995						
<b>R.M. NORDESTE</b>						
18 e 19 anos	44,5	53,3	35,9	21,7	20,6	23,1
20 a 24 anos	60,6	75,0	48,4	15,6	12,9	18,9
25 a 29 anos	68,7	85,6	54,2	9,7	7,9	12,0
18 a 29 anos	60,7	74,8	48,4	14,0	12,0	16,6
30 ou +	62,5	79,3	48,9	5,2	4,6	6,1
<b>R.M. SUDESTE</b>						
18 e 19 anos	52,6	60,2	45,5	18,8	17,0	21,0
20 a 24 anos	68,6	80,7	56,8	11,9	10,5	13,7
25 a 29 anos	72,1	88,8	56,9	7,6	6,3	9,4
18 a 29 anos	67,2	80,3	54,9	11,2	9,7	13,2
30 ou +	68,7	85,0	53,9	7,1	6,0	8,6
2005						
<b>R.M. NORDESTE</b>						
18 e 19 anos	37,1	44,1	30,2	39,4	33,8	45,9
20 a 24 anos	56,3	66,0	47,2	27,3	22,5	32,7
25 a 29 anos	68,1	79,8	57,5	17,8	13,1	23,1
18 a 29 anos	57,7	67,5	48,5	24,9	20,1	30,3
30 ou +	60,7	75,2	49,2	9,9	7,6	12,5
<b>R.M. SUDESTE</b>						
18 e 19 anos	46,4	52,7	39,9	32,9	28,7	38,0
20 a 24 anos	66,3	76,6	56,5	19,9	15,0	25,5
25 a 29 anos	75,7	87,2	64,8	12,7	8,7	17,4
18 a 29 anos	66,7	76,6	57,1	18,8	14,3	23,9
30 ou +	59,8	74,2	48,1	7,9	6,0	10,2

FONTE: IBGE/PNAD.

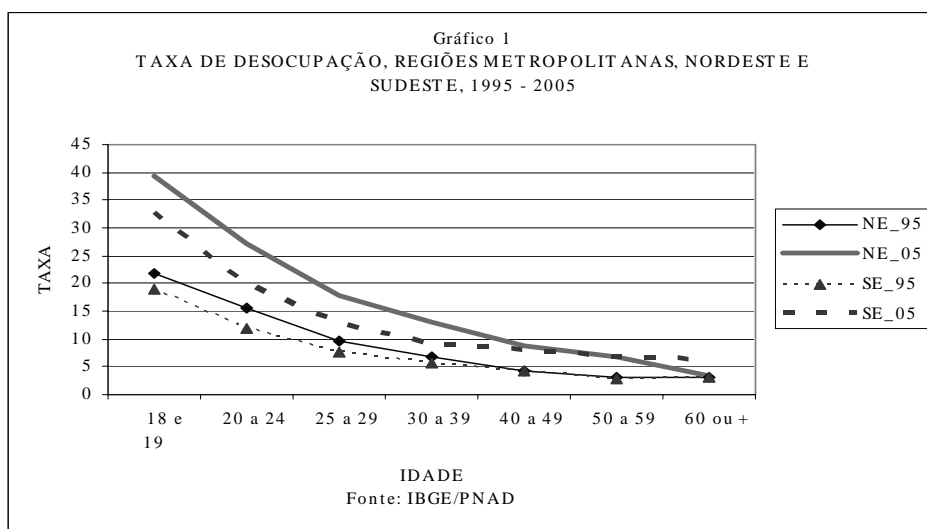
(4) Ocupados de 18 a 29 anos/População de 18 a 29 anos.

(5) Aproximada porque o conceito de ocupação adotado pela PNAD é excessivamente amplo, incluindo situações que, a rigor, pouco se diferenciam de uma situação de desemprego.

Essa retração da taxa de ocupação atingiu com mais intensidade homens e mulheres entre 18 e 24 anos. No grupo etário de 25 a 29 anos, a taxa masculina também caiu mas a taxa feminina subiu de 54,2% para 57,5% na média das regiões metropolitanas do Nordeste e de 56,9% para 64,8% no Sudeste, embora ainda se mantenha bem inferior à taxa masculina.

A queda na taxa de ocupação juvenil é reveladora das dificuldades enfrentadas pelos jovens e, em especial os jovens adultos do sexo masculino, para conseguir e manter um emprego ou mesmo um posto de trabalho “por conta própria” e tem como contrapartida a elevação acentuada das taxas de desemprego.

O Gráfico 1 mostra a mudança no patamar das taxas de desemprego nas duas regiões, afetando todos os grupos etários e ambos os sexos mas, sobretudo, os mais jovens, as mulheres e os nordestinos. A importância da variável idade na determinação das chances de ficar desempregado aparece claramente na comparação das taxas por faixa de idade: nas metrópoles das duas regiões, elas dão um mergulho de aproximadamente 20 pontos percentuais entre os 18 e 19 anos e a faixa de 25 a 29 anos, continuando a cair para níveis sensivelmente mais baixos a partir daí.



Finalmente, cabe frisar que as taxas de desemprego das metrópoles nordestinas são sistematicamente bem mais elevadas do que as encontradas nas regiões metropolitanas do Sudeste, em todas as idades e para ambos os sexos, evidenciando que mesmo num contexto de dificuldades generalizadas para todos os jovens brasileiros, as desigualdades entre os jovens das duas regiões não apenas se manifestam como foram acentuadas nos dez anos considerados: a diferença entre as taxas médias de desemprego juvenil do Nordeste e do Sudeste cresceu de 25% para 32% no período, o que pode ser tomado como um indicador seguro da reprodução das históricas desigualdades regionais do país, das desvantagens previsíveis para as futuras gerações de nordestinos e da persistência dos fatores de expulsão da população em idade de trabalhar dessa região.

A composição do incremento no número de jovens entre 1995 e 2005 dá a dimensão do agravamento das dificuldades que eles vêm enfrentando no mercado de trabalho. No Nordeste, em cada mil jovens entre 18 e 29 anos, 978 eram economicamente ativos, mas apenas 473 estavam ocupados, enquanto no Sudeste a redução do número de jovens inativos fez com que o contingente dos economicamente ativos superasse o incremento da população neste grupo etário (1102 em cada 1000). Apesar do maior dinamismo dos mercados de trabalho desta última região, em cada 1102 jovens que se incorporaram à PEA apenas 646 encontraram uma ocupação, ficando os 457 restantes desempregados. Em ambas as regiões, tanto o incremento da PEA, como o dos ocupados e dos desocupados foi majoritariamente feminino, evidenciando o impacto marcante das mudanças na relação das mulheres com o trabalho, na configuração da situação ocupacional da população jovem.

## **A INSERÇÃO JUVENIL SEGUNDO A ESCOLARIDADE**

Tanto o nível de atividade dos jovens quanto as suas chances de encontrarem um emprego ou ocupação estão associados à sua escolaridade. Como foi mostrado, entre 1995 e 2005 ocorreu uma elevação acentuada do grau de escolaridade da população entre 18 e 29 anos, tanto nas regiões metropolitanas do Nordeste quanto nas do Sudeste, embora os níveis alcançados se mantenham bem mais elevados nesta última região.

A taxa de participação cresce com a elevação do número de anos de estudo, alcançando patamar superior a 85% entre os jovens que completaram um curso superior. Note-se, ainda, que nas duas regiões alargou-se a distância entre as taxas de participação dos jovens menos e mais escolarizados — em 2005, esta diferença era de 65,6% nas metrópoles do Nordeste e de 81,4% no Sudeste. Este comportamento das taxas de participação juvenil por classes de anos de estudo indica a crescente dificuldade de inserção no mercado de trabalho dos jovens com baixa escolaridade, retratada também nas taxas de ocupação, as quais apresentam um comportamento semelhante. Essa taxa — relação jovens ocupados/total de jovens — mostra que nas classes de menor número de anos de estudo, entre 30% e 40% dos jovens estavam inativos ou desempregados em 2005 o que, considerando o reduzido contingente dos que ainda estudam a partir dos 20 anos, dá uma idéia aproximada das barreiras por eles enfrentadas nos mercados de trabalho metropolitanos. Esses obstáculos são mais acentuados para os jovens do Nordeste pois, independentemente da escolaridade alcançada, apresentam taxas de desemprego sistematicamente superiores às vigentes no Sudeste, para o mesmo grupo etário.

Apesar dessa importância da escolaridade para a obtenção de um emprego ou ocupação nos mercados de trabalho metropolitanos é impressionante, nas duas regiões, o salto nas taxas de desemprego daqueles jovens que lograram acumular maior número de anos de estudo, como é o caso daqueles com escolaridade equivalente ao ensino médio completo/superior incompleto, contingente que mais se expandiu, praticamente dobrando a sua participação percentual no período considerado. Assim, embora os jovens de 18 a 29 anos nesta faixa de escolaridade tenham elevado a sua participação no conjunto do grupo etário de 21,3% para 42% nas regiões metropolitanas do Nordeste e de 26,5% para 51,8% nas metrópoles do Sudeste, aumentou também, no mesmo período e quase na mesma propor-

ção, o seu peso no estoque de jovens desempregados (de 21% para 45% no Nordeste e de 23% para 49,5% no Sudeste).

Isso significa que o elevado investimento em educação do Estado e da sociedade brasileira e da resposta positiva dos jovens e das suas famílias não foi suficiente para, ao menos, atenuar os efeitos mais negativos da reestruturação produtiva sobre as novas gerações de trabalhadores. Tais dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho pela geração de jovens que teve maior acesso ao sistema educacional e que mais vem empenhando esforços para obter os diplomas mais valorizados constituem, portanto, a principal evidência da falácia do discurso e da teoria do Capital Humano os quais, contraditoriamente, foram reatualizados e fortalecidos no debate público sobre a crise do mercado de trabalho, em especial, sobre o fenômeno do desemprego de massa que passa a afetar aqueles que chegam ao mercado de trabalho a partir dos anos 90.

**Quadro 3**  
**Taxa de Desocupação e Distribuição dos Jovens de 18 A 29 Anos**  
**Desocupados por Anos de Estudo, Regiões Metropolitanas do**  
**Nordeste e do Sudeste, 1995 — 2005**

Região e Anos de Estudo	TAXA DE DESOCUPAÇÃO		DISTRIBUIÇÃO DOS DESOCUPADOS	
	1995	2005	1995	2005
<b>NORDESTE</b>				
Sem Instrução / <1 ano	10,9	20,7	4,2	1,7
De 1 a 3 anos	10,9	20,6	9,7	4,1
De 4 a 7 anos	14,7	25,0	34,1	20,1
De 8 a 10 anos	17,0	29,5	24,0	26,3
De 11 a 14 anos	13,4	24,8	21,0	45,1
15 ou mais anos	25,3	10,2	5,5	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>14,7</b>	<b>24,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>SUDESTE</b>				
Sem Instrução / <1 ano	11,7	15,1	2,3	0,8
De 1 a 3 anos	11,1	19,1	6,7	2,3
De 4 a 7 anos	12,5	21,2	34,1	15,1
De 8 a 10 anos	13,1	25,0	31,3	27,9
De 11 a 14 anos	9,3	17,3	23,0	49,5
15 ou mais anos	4,7	9,0	2,5	4,1
<b>TOTAL</b>	<b>11,2</b>	<b>18,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE/PNAD.

O elevado desemprego dos jovens que concluíram o ensino médio — hoje o patamar mínimo de escolaridade exigido pela maior parte das empresas — e o crescimento das taxas de desemprego dos jovens universitários não decorrem evidentemente da abundância da oferta de trabalhadores com esses diplomas. Pelo contrário, como visto, mesmo na

geração que alcançou os níveis de escolaridade mais elevados da história do Brasil, o número médio de anos de estudo ainda é muito baixo, sendo que em 2005, entre 40% (no Sudeste) e 55% (no Nordeste) dos jovens entre 18 e 29 ainda não tinham concluído o ensino médio.

Além disso, explicitando o impacto do modelo de desenvolvimento seguido pelo país a partir dos anos 90 sobre o mercado de trabalho e, logo, o papel central desse modelo na determinação das possibilidades de incorporação dos jovens ao mundo do trabalho é exatamente nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste — onde, como dito, a escolaridade média da população é mais baixa —, que é maior a participação dos diplomados no estoque de desempregados. Em outras palavras, nas metrópoles das regiões menos desenvolvidas do país a elevação da escolaridade tem resultado em desempregados mais escolarizados e não em mais desenvolvimento (DEDECCA, 2006), o que nega o diagnóstico dominante, que remete à baixa escolaridade dos jovens as dificuldades que eles têm encontrando no mercado de trabalho e evidencia a insuficiência das políticas formuladas a partir desse diagnóstico.

## DIFERENCIAIS SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

As desigualdades referidas à idade, ao sexo e à escolaridade são fundamentais na determinação das barreiras e das oportunidades dos jovens no mercado de trabalho. Essas desigualdades (e mais aquelas associadas à cor, à posição na família, dentre outros) recortam-se e entrelaçam-se na construção das trajetórias juvenis para e no mercado de trabalho e são, todas elas, fortemente influenciadas pela origem familiar, isto é, pela posição que o grupo doméstico de origem ocupa na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas. Tomando como indicador indireto desta posição a renda domiciliar *per capita*<sup>(6)</sup>, já se viu que o universo dos jovens de 18 a 29 anos residentes nas metrópoles selecionadas reproduz as abissais desigualdades de renda que marcam a estrutura social brasileira. Entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste e do Sudeste aumentou a proporção de jovens vivendo em domicílios com menos de um salário mínimo (S.M.) de renda mensal *per capita* sendo esta proporção, como era de se esperar, muito mais elevada no NE do que no SE.

Esses jovens pobres (menos de um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*) estão sub-representados no conjunto dos ocupados e sobre-representados entre os desempregados (Quadro 4), chegando a representar, em 2005, 75,4% dos desempregados das regiões metropolitanas do Nordeste e cerca de 56% nas regiões do Sudeste, percentuais bem superiores ao seu peso na PEA (respectivamente, 62,7% no Nordeste e 35,6% no Sudeste).

---

(6) Trata-se, evidentemente, de um indicador bastante incompleto pois a posição nesta estrutura, além da disponibilidade de recursos materiais, remete a várias outras dimensões - quase todas, em alguma medida, influenciadas pela renda - que desempenham papéis importantes no desenho dos destinos profissionais dos jovens como, por exemplo, a escolaridade e a ocupação dos pais e o local de moradia, um aspecto relevante para o acesso aos postos de trabalho mais valorizados nos mercados de trabalho metropolitanos e que pode se configurar como uma das muitas barreiras invisíveis com que os jovens se defrontam quando buscam emprego nas grandes metrópoles (TELLES, 2006).

**Quadro 4**  
**Distribuição dos Jovens de 18 a 29 anos Ativos, Ocupados e Desocupados**  
**por Renda Domiciliar *per capita*, Regiões Metropolitanas do**  
**Nordeste e do Sudeste, 1995 — 2005**

REGIÃO E CLASSES DE RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	PIA	PEA	OCUPADOS	DESOCUPADOS
NORDESTE - 1995				
Até 1/4 salário-mínimo	5,7	4,7	3,9	9,4
Até 1/2 salário-mínimo	23,2	20,7	18,4	34,7
Até 1 salário-mínimo	53,0	51,0	48,8	64,5
Mais de 3 salários-mínimos	13,3	13,7	14,8	
NORDESTE - 2005				
Até 1/4 salário-mínimo	12,0	10,4	7,3	20,0
Até 1/2 salário-mínimo	35,4	32,0	26,7	48,5
Até 1 salário-mínimo	64,7	62,7	58,5	75,4
Mais de 3 salários-mínimos	9,2	9,6	11,3	4,3
SUDESTE - 1995				
Até 1/4 salário-mínimo	1,0	0,7	0,6	1,8
Até 1/2 salário-mínimo	5,7	4,4	3,7	10,2
Até 1 salário-mínimo	22,0	19,0	16,9	34,9
Mais de 3 salários-mínimos	28,7	31,1	33,5	13,0
SUDESTE - 2005				
Até 1/4 salário-mínimo	2,7	2,3	1,3	6,4
Até 1/2 salário-mínimo	13,6	11,8	8,7	25,5
Até 1 salário-mínimo	38,4	35,6	30,9	55,9
Mais de 3 salários-mínimos	14,9	15,2	16,9	7,7

FONTE: IBGE/PNAD.

Constata-se, portanto, que apesar do salto da taxa de desemprego dos jovens pertencentes a domicílios com níveis de renda mais elevados (três ou mais S.M.), revelador do caráter da reestruturação produtiva e do seu impacto sobre a capacidade de geração de postos de trabalho mais bem remunerados da economia brasileira, são os jovens dos domicílios pobres que estão sendo atingidos em mais larga escala pelo desemprego. Assim, em 2005, enquanto entre os muito pobres (menos de 0,5 S.M. de renda domiciliar *per capita* mensal) as taxas de desemprego situavam-se entre 32,5% e 47,2% no Nordeste e entre 52,5% e 37,6% no Sudeste, entre os jovens pertencentes às classes de renda média e alta, a taxa de desemprego do grupo etário de 18 a 29 anos era de 11,1% nas R.Ms. Nordeste e de 9,5% nas do Sudeste.

Isto significa que a despeito de penalizar pela primeira vez segmentos até então mais protegidos, o mercado de trabalho brasileiro aprofundou um dos seus traços mais característicos, constituindo-se em um poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades e da pobreza entre as novas gerações.



Ao lado desses dados sobre o desemprego dos jovens pobres, outra informação da PNAD 2005, agora referida à classe de renda mensal familiar em SM, revela mais uma dimensão do mesmo problema: o elevado contingente de jovens entre 18 e 29 anos que não trabalha nem estuda. No caso dos rapazes, a gravidade desta situação decorre da ausência de papéis alternativos que eles possam desempenhar na sociedade o que, juntamente com a situação mais freqüente de falta de recursos para acessar bens e serviços cujo consumo tornou-se parte integrante da identidade juvenil, os expõe diretamente a situações de risco.

Entre 1995 e 2005, o peso do contingente de rapazes alijados dos dois principais integradores — a escola e o trabalho — no conjunto da população masculina juvenil passou de 14,5% para 19% no Nordeste e de 11,4% para 13,1% no Sudeste. No incremento da década, os percentuais de jovens que ficaram nessa situação são alarmantes: mais de 30% dos homens jovens do sexo masculino, no Nordeste e quase 20%, no Sudeste. Acrescenta-se ainda que embora um pouco inferiores à média do conjunto dos jovens estes percentuais são também extremamente elevados — e certamente mais preocupantes — entre os jovens adultos entre 25 e 29 anos: 26,6% no Nordeste e 12,4% no Sudeste.

Entre as mulheres esse fenômeno é ainda mais forte do que entre os rapazes, mas sofreu uma retração entre 1995 e 2005, relacionada com o salto das taxas de participação e de ocupação das jovens, já mencionado. Ainda que menos dramático, por não portar os mesmos riscos implicados no caso dos homens, os elevados percentuais de mulheres jovens que não trabalhavam nem estudavam (em 2005, 35,4% no Nordeste e 30,6%, no Sudeste) são coerentes com movimentos mais amplos do capitalismo contemporâneo que vêm despejando sobre as mulheres, sobretudo as mais pobres, grande parte do ônus da crise do mercado de trabalho: elas apresentam taxas de desemprego mais elevadas e, como será mostrado mais à frente, também elevados índices de precarização do trabalho.

Essa persistência de elevados contingentes de mulheres jovens fora da escola e do trabalho, além de traduzir, em parte, este ônus, joga luz em outra dimensão da precarização das condições de vida das mulheres: a negação, para um contingente significativo delas, das condições para o exercício da cidadania, fortemente atreladas à presença nos espaços públicos — dentre os quais se destacam o mercado de trabalho e a escola — e o seu aprisionamento no espaço privado, onde se dedicam aos “afazeres domésticos” e/ou à criação dos filhos, papéis alternativos historicamente imputados às mulheres.

Observe-se, finalmente, que independente do sexo, a exclusão da escola e do trabalho é uma situação que afeta, sobretudo, as famílias mais pobres pois em 2005, 64,4% dos jovens do Nordeste que se encontravam nesta situação e 43% dos que residiam no Sudeste pertenciam a famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos.

## **O PERFIL OCUPACIONAL DOS JOVENS NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS**

A partir da década de 90, o elevado e persistente desemprego juvenil colocou num segundo plano as características da inserção juvenil no mercado de trabalho, isto é, de que modo, em que condições, os jovens “bens sucedidos” — isto é, que conseguem ocupar um

lugar no mercado de trabalho —, trabalham e quais as características dos postos de trabalho que ocupam.

E, no entanto, talvez mais do que o desemprego juvenil, o trabalho dos jovens, as suas características e o seu significado para além das conseqüências para eles próprios colocam-se, hoje, como uma questão relevante para o conjunto da sociedade, porque é no desenho e nas formas em que vai se cristalizando o trabalho juvenil que são encontradas as pistas mais ricas sobre o futuro do mundo do trabalho gestado na reestruturação capitalista do final do século XX.

O que se discute, nem sempre ingenuamente, como um “problema” da juventude, ou das juventudes, não diz respeito apenas aos jovens enquanto grupo etário e enquanto integrantes de uma geração que chega à idade adulta no bojo da reestruturação da economia brasileira mas, também, às próximas gerações de trabalhadores, jovens e adultos. Ou seja, no inseguro, inconstante, flexível e precário trabalho dos jovens de hoje está configurada a sociedade brasileira de amanhã, cujo perfil vai se tornando mais claro à medida que as gerações dos seus pais e avós vão saindo de cena e encerrando com elas as conquistas e memórias de numerosas gerações de trabalhadores que construíram a economia urbano-industrial do país e, nesse processo, lograram construir um Estatuto do Trabalhador que se configurava como o embrião de um sistema de proteção social fundado no trabalho<sup>(7)</sup>.

Por esta razão, a investigação mais detalhada das formas de inserção na ocupação das novas gerações é relevante, contribuindo também para o debate crítico da abordagem hegemônica sobre a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, a qual coloca o desemprego como o principal e único problema e, ao fazê-lo, procura legitimar todas as iniciativas que redundam na precarização do trabalho juvenil, colocada como condição necessária ou mal menor para o enfrentamento da “exclusão” dos jovens.

De fato, se no plano das políticas sociais a atual geração de jovens usufrui da universalização — tardia, incompleta e de baixa qualidade — de alguns direitos sociais básicos como o acesso aos serviços de educação e de saúde, no plano do trabalho e da proteção social a ele associada ocorre o contrário: para aqueles que entraram no mercado de trabalho a partir dos anos 90, os direitos do trabalho são experimentados de forma descontínua e minimalista ou tornaram-se quimeras, coisas do passado e, muito facilmente, tratados e percebidos como privilégios, num contexto em que a desproteção e/ou a incerteza são a norma.

Antes de analisar os dados para as regiões metropolitanas selecionadas é importante lembrar que, historicamente, as portas de acesso ao trabalho dos jovens urbanos são em número reduzido: o trabalho em negócios familiares e, para a maioria, o trabalho assalariado sob várias formas: aprendiz (inicialmente sobretudo para os adolescentes menos escolarizados<sup>(8)</sup>); o estágio (principalmente para os estudantes universitários e, mais

---

(7) O Estatuto do Trabalhador está consubstanciado, no Brasil, fundamentalmente na CLT, no Estatuto do Funcionário Público, na Previdência Social e em todo o arcabouço institucional relacionado (Justiça do Trabalho, Delegacias e Procuradorias do Trabalho).

(8) Originalmente concebida para os adolescentes e jovens entre 12 e 18 anos, este tipo de contrato foi flexibilizado com o alargamento da faixa etária, passando a incluir jovens adultos de até 24 anos (SILVA, M. C. e BORGES, A. 2007).

recentemente, também para aqueles que cursam o nível médio<sup>(9)</sup>); o emprego propriamente dito, com ou sem carteira de trabalho assinada e, particularmente para as mulheres, o trabalho doméstico remunerado.

A opção do trabalho por “conta própria”, tão destacada no discurso do empreendedorismo e linha de ação de algumas políticas públicas<sup>(10)</sup>, é menos acessível aos jovens pois a sobrevivência neste tipo de atividade supõe a posse de recursos de que a maioria dos jovens não dispõe, como experiência profissional e de vida, o domínio de um ofício, algum recurso financeiro, rede de relações e conhecimento do mercado (BORGES, 2001).

Por essas razões, a crise e a reestruturação da economia nos anos 90 atingiram sobretudo os jovens: primeiro, interromperam drasticamente a geração de empregos e, depois, nos anos 2000, já na vigência plena do novo padrão de acumulação, a abertura de novas vagas é insuficiente para atender à demanda dos desempregados e dos que ingressam anualmente no mercado de trabalho e acompanhada do rebaixamento salarial e da perda de qualidade dos postos de trabalho.

A importância do emprego como forma de trabalho juvenil contribui, portanto, para explicar porque, entre 1995 e 2005, apesar da crise do mercado de trabalho aumentou, ao invés de diminuir, a proporção de jovens ocupados que tinham um emprego. Nas metrópoles nordestinas, enquanto em 1995 em cada mil jovens ocupados entre 18 e 29 anos, 659 estavam em um posto de trabalho assalariado, em 2005 este número aumentou para 710 e, quando computados os Trabalhadores Domésticos — uma forma de emprego ainda importante para as mulheres jovens, apesar de decrescente no período —, 802 em cada mil jovens ocupados na condição de empregados. Finalmente, no incremento da ocupação juvenil, nada menos que 934 em cada mil jovens ocupados eram empregados nas regiões metropolitanas do NE.

Nas regiões metropolitanas do Sudeste, cujos mercados de trabalho são mais estruturados, esse peso do assalariamento na ocupação juvenil é ainda mais elevado — 776 em mil em 1995 e 853 se considerados os Trabalhadores Domésticos e, respectivamente, 813 e 869, em 2005. No incremento do período, os Empregados somaram 983 em cada mil jovens ocupados.

Sendo o emprego o principal canal de acesso dos jovens ao trabalho, como não poderia deixar de ser, eles também foram atingidos pelo processo de precarização dos vínculos deflagrado pelas transformações dos anos 90 e, depois, continuamente aprofundado. Todavia, apesar do expressivo aumento da proporção de jovens de 18 a 29 anos em empregos não registrados, em 2005, a maioria dos jovens empregados estava na categoria de “empregados com carteira assinada” ainda que, relativamente ao total de jovens ocupados, aqueles que tinham um emprego socialmente protegido — dentre os quais uma minoria que é funcionário público — representavam pouco mais de 58% no Sudeste e apenas cerca de 44% nas regiões metropolitanas do Nordeste.

---

(9) Outro instrumento legal flexibilizado nos anos 90 para a ampliação da força de trabalho juvenil que pode ser contratada a baixíssimo custo (POCHMANN, M. 2006; SILVA, M.C e BORGES, A, 2007)

(10) A exemplo do apoio ao Empreendedorismo Juvenil, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego — PNPE (PADILHA, A; BORGES, A., 2007).

### Quadro 5

#### Jovens e Adultos Ocupados, segundo a Posição na Ocupação e Tipo de Emprego, Regiões Metropolitanas do Nordeste do Sudeste, 1995 — 2005

Região, grupos de idade e sexo	Total	Posição na ocupação no trabalho principal					
		Empregados				TD*	OUTRAS POSIÇÕES**
		Total	Categoria de emprego				
	ECC*		FP*	OUTRA			
1995							
NORDESTE							
18 a 29 ANOS.....	1000	659	391	40	227	122	219
30 anos ou mais....	1000	538	316	118	105	79	383
SUDESTE.....							0
18 a 29 ANOS.....	1000	776	563	55	157	77	147
30 anos ou mais....	1000	589	418	93	79	81	329
2005							0
NORDESTE							0
18 a 29 ANOS.....	1000	710	414	25	271	92	198
30 anos ou mais....	1000	546	325	91	130	96	358
SUDESTE							0
18 a 29 anos	1000	813	553	32	228	56	131
30 anos ou mais	1000	581	383	78	121	100	319

FONTE: IBGE/PNAD.

\* ECC — Empregados Com Carteira Assinada; FP — Funcionário Público; TD — Trabalhadores Domésticos.

\*\* Outras Posições: Conta própria, empregadores, não remunerados e trabalhadores na subsistência.

Nas duas regiões, no incremento da ocupação no período, em torno da metade dos jovens conseguiu um emprego com carteira mas, como ocorreu também uma redução no contingente na categoria de Funcionário Público, no cômputo final a maioria deles acabou por ocupar posições desprotegidas, apesar da recuperação do número de empregos registrados a partir de 2003. Esse resultado mostra o caráter limitado dessa recuperação, incapaz de melhorar, significativamente, os indicadores de qualidade do emprego.

Para interpretar corretamente esse conjunto de dados sobre o perfil da ocupação juvenil, não se pode deixar de atentar para outro dado, pouco observado nas análises do trabalho juvenil. Trata-se da relação entre o peso dos trabalhadores de 18 a 29 anos nos principais agregados do mercado de trabalho e o seu peso na população em idade ativa, porque, mais até do que a taxa de desemprego juvenil, é esta comparação que permite dizer em que medida os jovens estão sendo efetivamente “excluídos” dos empregos e concluir algo a respeito da sua importância como força de trabalho para o capital.

Assim, nas duas regiões, os jovens estão sobre-representados nesses agregados, isto é o seu peso relativo na População Economicamente Ativa (PEA), nos Ocupados e nos Desocupados é sempre superior ao seu peso na população com 10 anos ou mais<sup>(11)</sup>.

(11) No Brasil, essa faixa etária corresponde à População em Idade Ativa.

Em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representam cerca de 29% da população com 10 anos ou mais nas metrópoles nordestinas e em torno de 25% no agregado da região Sudeste mas, na PEA, eles correspondiam a cerca de 36% no NE e 33% no SE, traduzindo a pressão que exercem sobre o mercado de trabalho e a centralidade do trabalho para este grupo etário. Esta pressão, num contexto de baixo crescimento e de uma reestruturação produtiva com forte componente poupador de trabalho humano levou, como visto, ao aumento das taxas de desemprego juvenis e ao rejuvenescimento do contingente de desempregados, cuja maior parte já era formada por trabalhadores entre 18 e 29 anos. Assim, entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste, a participação dos jovens no estoque de desempregados passou de 53,6% para 55,6% e, no Sudeste, de 46,1% para 47,8%.

**Quadro 6**  
**Participação dos Jovens e Adultos na PIA, nos Ocupados e nas Principais**  
**Posições do Mercado de Trabalho, Regiões Metropolitanas do**  
**Nordeste do Sudeste, 1995 — 2005**

Região e Grupos de Idade	PIA	OCUPADOS	Posição na ocupação no trabalho principal						
			Total	Empregados			Trabalhadores domésticos	Outras posições	
				Categoria de emprego					
				Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros			
1995									
NORDESTE.....									
18 a 29 ANOS.....	28,9	34,0	39,6	41,5	16,7	47,4	41,1	22,4	
30 anos ou mais...	48,1	58,2	55,3	57,4	83,2	37,3	45,3	67,0	
SUDESTE.....									
18 a 29 ANOS.....	24,7	31,5	37,4	38,7	23,0	41,2	29,8	17,5	
30 anos ou mais...	55,5	63,0	56,8	57,5	76,9	41,3	63,1	78,6	
2005.....									
NORDESTE.....									
18 a 29 anos.....	28,9	32,8	39,0	39,5	12,3	47,7	31,5	21,0	
30 anos ou mais...	53,3	63,6	58,3	60,1	87,7	44,5	64,1	73,8	
SUDESTE.....									
18 a 29 anos.....	25,0	31,0	38,5	40,0	16,2	42,9	20,2	15,6	
30 anos ou mais...	59,3	66,1	58,6	58,9	83,6	48,6	77,2	81,2	

FONTE: IBGE/PNAD.

\* ECC — Empregados Com Carteira Assinada; FP — Funcionário Público; TD — Trabalhadores Domésticos.

\*\* Outras Posições: Conta própria, empregadores, não remunerados e trabalhadores na subsistência.

Observe-se, no entanto, que se o desemprego assume cada vez mais feição juvenil, isto não quer dizer que os jovens estão “excluídos” do universo dos que conseguem trabalhar. Pelo contrário, apesar de um pouco menor, segue sendo expressiva e, mesmo, superior ao seu peso na população, a presença dos jovens no universo das pessoas ocupadas: eles representa-

vam, tanto em 1995 como em 2005, mais de 30% dos ocupados nas metrópoles selecionadas, indicando a determinação destes trabalhadores — cuja ocupação, em parte dos casos, não passa de postos de trabalho criados por eles próprios na luta pela sobrevivência.

Nas metrópoles das duas regiões e nos dois anos considerados, os jovens de 18 a 29 anos estão igualmente sobre-representados tanto entre os Empregados como entre os Empregados com Carteira Assinada — categoria que pode ser tomada como *proxy* da força de trabalho do núcleo estruturado da economia<sup>(12)</sup>, apesar de terem perdido participação no estoque dessas duas categorias de ocupados nas metrópoles do Nordeste. Assim, em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representavam 29% da população em idade ativa das R.Ms. do Nordeste e 25% nas metrópoles da região Sudeste mas correspondiam a nada menos que 39,5% dos Empregados com Carteira nos mercados metropolitanos do Nordeste e 40% no Sudeste.

É evidente, portanto, que a força de trabalho juvenil não está sendo “excluída” pelo mercado mas que, ao contrário, ela continua sendo recrutada pelas empresas, numa proporção maior até do que o seu peso na população em idade ativa, sobretudo para aquelas posições consideradas secundárias — na maioria dos casos, precárias, mal remuneradas e sem perspectiva de carreira<sup>(13)</sup> — e que foram exatamente as que mais se expandiram após a reestruturação das empresas (BORGES, 2003; DEDECCA, 2006).

## CONCLUSÕES

O conjunto de indicadores analisados sobre a participação e as formas de inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos evidencia a complexidade da relação jovem x trabalho no atual contexto. Uma complexidade que não pode ser apreendida da perspectiva que se restringe à dicotomia inclusão x exclusão, nem por abordagens centradas, exclusivamente, nas características dos próprios jovens, seja para ressaltar os seus déficits (de escolaridade, de socialização, de experiência, de iniciativa, de auto-estima, etc.), seja para eleger algum dos seus atributos como fonte das dificuldades e barreiras por eles encontradas na busca por um posto de trabalho e nas suas trajetórias ocupacionais.

Ainda que os déficits e atributos pessoais dos jovens sejam relevantes na sua relação com o mercado de trabalho e não devam, portanto, ser ignorados, a compreensão da relação jovem/trabalho não pode ser alcançada fora de uma abordagem de cunho estrutural, que tome como parâmetro o caráter das transformações em curso no capitalismo, o papel e o lugar do trabalho na acumulação de capital, o perfil da força de trabalho necessária aos processos produtivos e as novas configurações assumidas pela relação capital x trabalho.

---

(12) Embora não deva ser esquecido que com o intenso processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho e a conseqüente descaracterização do assalariamento, uma parte expressiva dessa força de trabalho está hoje classificada nas categorias dos Empregados sem Carteira Assinada e entre os Conta própria.

(13) Em um estudo para Salvador, Menezes e Carrera-Fernandez mostram que os jovens encontram poucas opções no mercado de trabalho, com apenas 10 ocupações concentrando 68,8% da ocupação juvenil. São elas: trabalhadores domésticos, estagiários, vendedores, servente de pedreiro/trabalhador braçal, vendedor ambulante, copeiro/garçon/lanchonete; balconista, auxiliar de escritório, caixa/auxiliar de contabilidade e faxineiro (MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2001).



No caso brasileiro, implica considerar, portanto, como o novo modelo de acumulação inaugurado na década de 90 redefine as possibilidades e o padrão de desenvolvimento do país e os reflexos dessas transformações sobre a demanda de força de trabalho das empresas, sobre a estrutura ocupacional e, conseqüentemente, sobre as oportunidades de trabalho disponíveis para cada um dos diversos segmentos de jovens. Só assim será possível compreender que o elevadíssimo desemprego dos jovens não encontra a sua determinação nos déficits que eles portam mas, antes de tudo, na incapacidade da economia brasileira para criar “lugares” (CASTEL, 1998) suficientes para reduzir as taxas de desemprego e, ainda, incorporar os numerosos contingentes de jovens que chegam todos os anos ao mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Angela Maria Carvalho. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2003.
- \_\_\_\_\_. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. In: *10 anos do estatuto da criança e do adolescente*. Salvador: UNICEF, MOC, 2001c.
- CAMARANO, Ana Amélia (ed.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CASTEL, Robert T. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Mary Garcia e outros. Juventude, gênero, família e sexualidade. Combinando tradição e modernidade In: BORGES, Angela; CASTRO, Mary Garcia. *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais* (prelo).
- \_\_\_\_\_. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, Regina Reyes e outros (org.). *Juventude, cultura e cidadania*, Comunicações do ISER, p. 63-90, 2002.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. *O trabalho no Brasil do início do século XXI*. Campinas: IE/Unicamp, 2006.
- GUIMARÃES, Nádia. Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? *Retratos da juventude brasileira*. H. W. Abramo e P. P. M. Branco. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- MENEZES, Wilson F.; CARRERA-FERNANDEZ, José. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador. *Pesquisa e Debate*, v. 12, n. 2 (20), p. 83-118, 2001.
- PADILHA, Adriana Zoccoli; BORGES, Angela. *Juventude e mercado de trabalho no Brasil: considerações sobre a política federal de 2003 a 2007*. Salvador: UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, 2007.
- POCHMANN, Marcio. *Terceirização e diversificação nos regimes de contratação de mão-de-obra no Brasil*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 8, 2006.
- SILVA, Magda Cibele Moraes Santos; BORGES, Angela. *Mudanças recentes na regulação do trabalho juvenil no Brasil*. Salvador: UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, 2007.
- TELLES, Vera; CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.